



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE BIOLOGIA - IB
MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO - CMPDI

Plano de Curso

ACOLHIMENTO INCLUSIVO DE ESTUDANTES AUTISTAS NA UFF: FORMAÇÃO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS COORDENAÇÕES DE GRADUAÇÃO

Elaine de Moura Melo - elainemelo@id.uff.br

Suelen Adriani Marques - suelen_marques@id.uff.br

Fagner Henrique Guedes Neves - fagnerneves@id.uff.br

1. Identificação do Curso

Modalidade	EAD (síncrona e assíncrona)
Ambiente Virtual	Google Classroom e Google Meet
Público-alvo	Servidores técnico-administrativos das coordenações de graduação da UFF
Carga horária síncrona	20 horas
Carga horária assíncrona	10 horas

Carga horária total	30 horas
Certificação	Frequência mínima de 75% nos encontros síncronos e realização das atividades assíncronas obrigatórias.
Produto final	Protocolo de acolhimento inclusivo

2. Apresentação

Este produto educacional foi desenvolvido a partir dos resultados da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF). Seu propósito é oferecer uma proposta formativa estruturada para servidores técnico-administrativos das coordenações de graduação da Universidade Federal Fluminense, considerando as demandas identificadas junto aos estudantes autistas e aos próprios servidores. A proposta reconhece que a inclusão não depende apenas de normas, mas também de práticas institucionais, relações humanas e processos de acolhimento.

3. Dimensões formativas do curso

A organização do curso está estruturada em cinco dimensões formativas, definidas a partir da triangulação dos dados da pesquisa:

- Dimensão normativa, voltada ao conhecimento dos direitos das pessoas autistas, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, da Lei Berenice Piana, da política institucional de acessibilidade e inclusão da UFF e dos deveres éticos do servidor público.
- Dimensão conceitual, voltada à compreensão do Transtorno do Espectro Autista como espectro, evitando generalizações, estigmas, reduções medicalizantes e interpretações homogêneas sobre os estudantes autistas.
- Dimensão comunicacional, voltada ao uso de linguagem simples, à previsibilidade das informações, à escuta qualificada e à acessibilidade informacional nos atendimentos acadêmico-administrativos.
- Dimensão institucional, voltada à compreensão dos fluxos, à articulação com a SAI e a UFF Acessível, ao papel das coordenações de curso e ao

encaminhamento responsável das demandas apresentadas pelos estudantes.

- Dimensão atitudinal, voltada ao enfrentamento do capacitismo, à preservação do sigilo, ao respeito à autonomia dos estudantes e ao reconhecimento da diferença como direito.

Essas dimensões estruturam o percurso formativo e permitem que o curso não se limite à transmissão de conteúdos legais ou conceituais. Ao contrário, elas orientam uma formação aplicada, voltada à transformação das práticas cotidianas de atendimento, comunicação, orientação e encaminhamento nas coordenações de graduação.

4. Objetivo geral

Capacitar servidores técnico-administrativos das coordenações de graduação da UFF para práticas de acolhimento inclusivo, acessível e ético voltadas a estudantes autistas.

5. Objetivos específicos

Ao final de cada aula, espera-se que os participantes sejam capazes de:

- **Compreender os marcos legais, institucionais e éticos** relacionados aos direitos das pessoas autistas no ensino superior, considerando a LBI, a Lei Berenice Piana, a política institucional da UFF e os deveres do servidor público.
- **Reconhecer o Transtorno do Espectro Autista como espectro**, considerando a singularidade dos estudantes autistas e evitando generalizações, estigmas e reduções medicalizantes.
- **Desenvolver estratégias de comunicação acessível**, com uso de linguagem simples, previsibilidade, escuta qualificada e organização clara das informações no atendimento acadêmico-administrativo.
- **Identificar fluxos e formas de articulação institucional**, considerando o papel das coordenações de graduação, da SAI/UFF, da UFF Acessível e de outros setores no encaminhamento responsável das demandas.

- **Refletir sobre atitudes inclusivas no atendimento universitário**, enfrentando práticas capacitistas, preservando o sigilo, respeitando a autonomia dos estudantes e reconhecendo a diferença como direito.

6. Ementa

O curso aborda o acolhimento inclusivo de estudantes autistas nas coordenações de graduação da UFF, organizado em cinco tópicos centrais: direitos das pessoas autistas, políticas institucionais e ética do servidor público; Transtorno do Espectro Autista como espectro e singularidade dos estudantes; comunicação acessível, linguagem simples, previsibilidade e escuta qualificada; fluxos institucionais, papel das coordenações e articulação com a SAI/UFF e a UFF Acessível; enfrentamento do capacitismo, sigilo, autonomia e diferença como direito.

7. Metodologia

O curso será desenvolvido em ambiente virtual de aprendizagem (Google Classroom e Meet), com encontros síncronos semanais e atividades assíncronas. Os encontros síncronos serão organizados por meio de exposição dialogada, análise de casos, debates orientados, rodas de conversa, estudo de situações-problema e oficinas.

As atividades assíncronas serão realizadas por meio de fóruns, leituras dirigidas, quiz formativo, exercícios, estudo de caso e construção progressiva do trabalho final. A metodologia adotada busca articular teoria, legislação, dados da pesquisa e situações concretas vivenciadas no cotidiano das coordenações de graduação.

A cada semana, uma dimensão formativa será trabalhada de modo específico, sem perder sua articulação com as demais. Ao final, os participantes deverão integrar as cinco dimensões na elaboração de protocolo simplificado de acolhimento inclusivo.

8. Recursos didáticos

Para o desenvolvimento do curso, serão utilizados recursos didáticos compatíveis com a modalidade de educação a distância e com os princípios de acessibilidade, clareza comunicacional e inclusão. Os materiais deverão favorecer a participação dos cursistas, a compreensão dos conteúdos e a aplicação prática dos conhecimentos no cotidiano das coordenações de graduação.

Serão utilizados os seguintes recursos:

- ambiente virtual de aprendizagem institucional, como Google Classroom;
- plataforma para encontros síncronos, como Google Meet;
- slides acessíveis, com linguagem objetiva, bom contraste, fonte legível e descrição de imagens quando necessário;
- textos teóricos, normativos e institucionais utilizados na pesquisa;
- legislação e documentos oficiais em formato digital acessível;
- vídeos curtos com legenda, quando utilizados;
- fóruns de discussão no ambiente virtual;
- formulários eletrônicos para quiz, avaliação diagnóstica e atividades de verificação da aprendizagem;
- estudos de caso relacionados ao atendimento acadêmico-administrativo de estudantes autistas;
- modelos de fluxos, checklists, roteiros de atendimento e protocolos simplificados;
- materiais de apoio em linguagem simples, como sínteses, quadros-resumo e glossário de termos;
- gravação dos encontros síncronos, quando autorizada, para consulta posterior pelos participantes;
- canais digitais para dúvidas e orientações, como fórum permanente, e-mail institucional ou mural da plataforma.

Os recursos didáticos deverão ser disponibilizados preferencialmente antes dos encontros síncronos, permitindo que os cursistas possam organizar previamente sua participação. Recomenda-se, ainda, que os materiais permaneçam acessíveis durante todo o curso, favorecendo a revisão dos conteúdos e a construção gradual do trabalho final.

9. Estrutura Curricular

Aula	Dimensão	CH Síncrona	CH Assíncrona	Total
Aula 1	Normativa	4h	2h	6h
Aula 2	Conceitual	4h	2h	6h

Aula 3	Comunicacional	4h	2h	6h
Aula 4	Institucional	4h	2h	6h
Aula 5	Atitudinal	4h	2h	6h

10. Planos de aula

Aula 1 — Dimensão normativa: direitos, políticas institucionais e ética do servidor público

Carga horária: 4 horas síncronas + 2 horas assíncronas

Objetivo da aula: Compreender os marcos legais, institucionais e éticos relacionados aos direitos das pessoas autistas no ensino superior, considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei Berenice Piana, a política institucional da UFF e os deveres do servidor público.

Tópico da aula: Direitos das pessoas autistas no ensino superior. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei Berenice Piana. Política institucional de acessibilidade e inclusão da UFF. Deveres éticos do servidor público. Atendimento orientado pelo bem comum.

Conteúdos principais:

- Pessoa autista como pessoa com deficiência para fins legais.
- Direito ao acesso, à permanência, à acessibilidade e à não discriminação.
- Responsabilidade institucional da universidade pública.
- O servidor técnico-administrativo como agente público no processo de inclusão.
- Ética, sigilo, respeito e finalidade pública no atendimento.
- Acolhimento como dimensão ética do serviço público.

Leitura sugerida:

- Constituição Federal de 1988.

- Lei nº 12.764/2012 — Lei Berenice Piana.
- Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Decreto nº 1.171/1994 — Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- Política de Acessibilidade e Inclusão da UFF.
- Trechos da dissertação referentes ao vértice normativo.
- Chanlat (2002), para a discussão sobre ética, Estado, serviço público e bem comum.

Atividade de aprendizagem: Fórum assíncrono: “O que significa atender um estudante autista como sujeito de direitos?”

Descrição da atividade: O participante deverá escrever uma reflexão breve relacionando os direitos das pessoas autistas, os deveres éticos do servidor público e o papel das coordenações de curso. A reflexão deverá partir de uma situação real ou possível do cotidiano administrativo, sem identificação de estudantes.

Critérios de avaliação da atividade:

- Demonstra compreensão dos direitos das pessoas autistas.
- Relaciona legislação, ética pública e atendimento institucional.
- Reconhece o papel do servidor no acolhimento e na orientação do estudante.
- Utiliza linguagem respeitosa e não capacitista.
- Preserva sigilo e evita exposição de casos identificáveis.

Aula 2 — Dimensão conceitual: compreensão do TEA como espectro

Carga horária: 4 horas síncronas + 2 horas assíncronas

Objetivo da aula: Reconhecer o Transtorno do Espectro Autista como espectro, considerando a singularidade dos estudantes autistas e evitando generalizações, estigmas e reduções medicalizantes.

Tópico da aula: Transtorno do Espectro Autista: singularidades, níveis de suporte, comunicação, interação social, previsibilidade, sensibilidade sensorial e diversidade de experiências. Combate a estigmas, generalizações e reduções medicalizantes.

Conteúdos principais:

- TEA como espectro e não como perfil único.
- Singularidade das experiências de estudantes autistas.
- Necessidades de suporte e barreiras produzidas pelo ambiente.
- Diferença entre diagnóstico, sujeito e experiência universitária.
- Riscos das generalizações: “todo autista é...”.
- Crítica à redução medicalizante da inclusão.
- Inclusão como transformação institucional, e não como adaptação pontual do estudante.

Leitura sugerida:

- Eixo teórico da dissertação sobre TEA.
- Mantoan (2003), especialmente os trechos sobre inclusão, diferença e mudança de paradigma.
- Mantoan (2004), especialmente a discussão sobre o direito à diferença.
- Stainback e Stainback (1999), especialmente os fundamentos do ensino inclusivo e a valorização da diversidade.

Atividade de aprendizagem: Quiz formativo sobre TEA, singularidade e barreiras.

Descrição da atividade: O quiz deverá apresentar perguntas objetivas e situações curtas relacionadas ao atendimento de estudantes autistas. O objetivo é reforçar a compreensão do TEA como espectro e evitar respostas baseadas em estereótipos.

Critérios de avaliação da atividade:

- Reconhece que estudantes autistas não constituem grupo homogêneo.
- Identifica barreiras produzidas pela instituição, e não apenas dificuldades individuais.

- Diferencia apoio de tutela, infantilização ou superproteção.
- Evita generalizações, estigmas e interpretações medicalizantes.
- Demonstra compreensão da diferença como elemento constitutivo da inclusão.

Aula 3 — Dimensão comunicacional: linguagem simples, previsibilidade e escuta qualificada

Carga horária: 4 horas síncronas + 2 horas assíncronas

Objetivo da aula: Desenvolver estratégias de comunicação acessível, com uso de linguagem simples, previsibilidade, escuta qualificada e organização clara das informações no atendimento acadêmico-administrativo.

Tópico da aula: Comunicação acessível no atendimento acadêmico-administrativo. Linguagem simples, objetividade, organização das informações, previsibilidade, escuta qualificada, acessibilidade informacional e cuidado com ruídos comunicacionais.

Conteúdos principais:

- Comunicação como dimensão do acolhimento.
- Linguagem simples em e-mails, orientações, formulários e respostas administrativas.
- Previsibilidade de prazos, etapas, documentos e encaminhamentos.
- Escuta qualificada e validação da demanda do estudante.
- Cuidados com ambiguidades, ironias, excesso de informação e respostas vagas.
- Acessibilidade informacional como condição de permanência.
- Comunicação escrita e oral em contexto EAD e presencial.

Leitura sugerida:

- Trechos da triangulação sobre acolhimento, comunicação e barreiras informacionais.
- Mantoan (2003; 2004), sobre transformação das práticas e valorização da diferença.
- Stainback e Stainback (1999), sobre apoios concretos, redes colaborativas e comunidades inclusivas.
- Materiais institucionais da SAI e UFF Acessível.

Atividade de aprendizagem: Exercício prático: reescrita acessível de uma orientação administrativa.

Descrição da atividade: O participante deverá escolher ou receber um exemplo de comunicação administrativa, como e-mail, aviso, orientação de matrícula, encaminhamento ou resposta a solicitação, e reescrevê-lo com linguagem simples, objetiva, previsível e acessível.

Critérios de avaliação da atividade:

- Utiliza uma linguagem clara, direta e respeitosa.
- Organiza a informação em etapas compreensíveis.
- Explicita prazos, documentos, responsáveis e próximos passos.
- Evita termos excessivamente técnicos sem explicação.
- Considera a acessibilidade informacional de estudantes autistas e de outros estudantes com necessidades específicas.

Aula 4 — Dimensão institucional: fluxos, articulação e encaminhamento responsável

Carga horária: 4 horas síncronas + 2 horas assíncronas

Objetivo da aula: Identificar fluxos e formas de articulação institucional, considerando o papel das coordenações de graduação, da SAI/UFF, da UFF Acessível e de outros setores no encaminhamento responsável das demandas.

Tópico da aula: Papel das coordenações de curso no acolhimento de estudantes autistas. Fluxos institucionais, articulação com SAI e UFF Acessível, diálogo com

docentes e setores administrativos, registro de demandas e acompanhamento dos encaminhamentos.

Conteúdos principais:

- Coordenação de curso como espaço estratégico de acolhimento e orientação.
- Limites e possibilidades da atuação técnico-administrativa.
- Encaminhamento responsável e acompanhamento da demanda.
- Articulação entre estudante, coordenação, docentes, SAI/UFF, UFF Acessível e demais setores.
- Importância de fluxos claros e institucionalizados.
- Riscos da fragmentação, da informalidade e da transferência de responsabilidade.
- Construção de rede de apoio no interior da universidade.

Leitura sugerida:

- Trechos da dissertação sobre o vértice empírico e a triangulação dos dados.
- Stainback e Stainback (1999), especialmente a discussão sobre redes de apoio e colaboração.
- Política de Acessibilidade e Inclusão da UFF.
- Materiais institucionais da SAI e UFF Acessível.
- Santos (1999) e Benzaquen (2012), para pensar a universidade como espaço de democratização, diálogo e justiça cognitiva.

Atividade de aprendizagem: Construção de mapa de fluxo de atendimento.

Descrição da atividade: O participante deverá elaborar um mapa simples de fluxo institucional para atendimento de estudante autista em uma coordenação de curso. O fluxo deve indicar: chegada da demanda, escuta inicial, registro adequado, orientação ao estudante, articulação com setores, encaminhamento, retorno ao estudante e acompanhamento.

Critérios de avaliação da atividade:

- Apresenta fluxo claro e viável para a rotina das coordenações.
- Define etapas, responsáveis e possíveis encaminhamentos.
- Inclui articulação com SAI/UFF, UFF Acessível ou outros setores pertinentes.
- Preserva sigilo, autonomia e dignidade do estudante.
- Evita transferência integral da responsabilidade para outro setor sem acompanhamento.

Aula 5 — Dimensão atitudinal: capacitismo, sigilo, autonomia e diferença como direito

Carga horária: 4 horas síncronas + 2 horas assíncronas

Objetivo da aula: Refletir sobre atitudes inclusivas no atendimento universitário, enfrentando práticas capacitistas, preservando o sigilo, respeitando a autonomia dos estudantes e reconhecendo a diferença como direito.

Tópico da aula: Enfrentamento do capacitismo no atendimento universitário. Preservação do sigilo, respeito à autonomia, escuta sem julgamento, não infantilização, reconhecimento da diferença como direito e construção de práticas acolhedoras. Integração das cinco dimensões no trabalho final.

Conteúdos principais:

- Capacitismo: conceito, manifestações e efeitos no cotidiano universitário.
- Atitudes inclusivas no atendimento acadêmico-administrativo.
- Sigilo, privacidade e cuidado com exposição indevida.
- Autonomia do estudante autista e participação nas decisões que lhe dizem respeito.
- Diferença como direito.
- Acolhimento para além da cordialidade.
- Integração das dimensões normativa, conceitual, comunicacional, institucional e atitudinal.

- Apresentação dos trabalhos finais.

Leitura sugerida:

- Mantoan (2004), especialmente a discussão sobre direito à diferença.
- Mantoan (2003), sobre inclusão como mudança institucional.
- Stainback e Stainback (1999), sobre valorização da diversidade, apoio e pertencimento.
- Chanlat (2002), sobre ética e bem comum.
- Trechos finais da triangulação dos dados da dissertação.

Atividade de aprendizagem: Apresentação do trabalho final: protocolo simplificado de acolhimento inclusivo.

Descrição da atividade: Cada participante ou grupo deverá apresentar uma proposta aplicável ao cotidiano das coordenações de curso. O trabalho deverá integrar as cinco dimensões formativas do curso e indicar procedimentos concretos para aprimorar o acolhimento de estudantes autistas.

Critérios de avaliação da atividade:

- Integra as cinco dimensões formativas do curso.
- Apresenta proposta coerente com a realidade das coordenações de graduação.
- Inclui estratégias normativas, conceituais, comunicacionais, institucionais e atitudinais.
- Propõe ações viáveis, claras e acessíveis.
- Demonstra compromisso com o enfrentamento do capacitismo, a preservação do sigilo e o reconhecimento da diferença como direito.

11. Trabalho final do curso

O trabalho final consistirá na elaboração de um protocolo simplificado de acolhimento inclusivo para estudantes autistas nas coordenações de graduação.

O produto deverá ser construído ao longo das cinco semanas, a partir das atividades realizadas em cada dimensão formativa. Ao final, deverá apresentar uma proposta prática, viável e acessível, capaz de orientar o atendimento acadêmico-administrativo de estudantes autistas.

Estrutura sugerida do trabalho final:

1. Identificação da situação-problema.
2. Justificativa da proposta.
3. Objetivo do plano, roteiro ou protocolo.
4. Orientações normativas básicas.
5. Cuidados conceituais sobre o TEA.
6. Estratégias de comunicação acessível.
7. Fluxo institucional de atendimento e encaminhamento.
8. Recomendações atitudinais.
9. Cuidados com sigilo, autonomia e não exposição do estudante.
10. Forma de acompanhamento da demanda.

CrITÉRIOS de avaliação do trabalho final: O trabalho final será avaliado de forma qualitativa, considerando sua coerência com os objetivos do curso e sua aplicabilidade ao cotidiano das coordenações de graduação. A avaliação valorizará a capacidade do participante de relacionar os conteúdos do curso com situações concretas de atendimento, mais do que a elaboração de um documento extenso ou excessivamente formal.

12. Avaliação geral do curso

A avaliação será processual, formativa e aplicada, considerando a participação do cursista nas atividades síncronas e assíncronas, a compreensão dos conteúdos, a articulação com a prática profissional e a elaboração do trabalho final.

13. Referências e leituras sugeridas

- Leituras teóricas

BENZAQUEN, Júlia Figueiredo. A Universidade Popular dos Movimentos Sociais: entrevista com o Prof. Boaventura de Sousa Santos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 917-927, jul./set. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

CHANLAT, Jean-François. *O gerencialismo e a ética do bem comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos*. 2002. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa: CLAD, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito à diferença na igualdade dos direitos: questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n. 23, p. 17-23, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4952>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: **INCLUSÃO: intenção e realidade**. Marília: Oficina Universitária, 2004. p. 113-144. DOI: 10.36311/2004.85-98176-02-8.p113-144.

QUEIROZ, P. P. *Ensino, saúde e inclusão: olhares e reflexões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. v. 1.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Política de acessibilidade e inclusão*. Niterói: UFF, 2019. Disponível em: <https://www.uff.br/sobre/politicas-de-acessibilidade-e-inclusao/>.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAI): materiais, programas e orientações*. Niterói: UFF. Disponível em: <https://www.uff.br/proaes/acessibilidade-e-inclusao/>.

14. Recomendações de acessibilidade para o curso EAD

Para que o curso seja coerente com sua proposta inclusiva, recomenda-se que todas as atividades sejam planejadas com acessibilidade desde o início.

Para cursistas com deficiência visual

- Disponibilizar materiais em formatos acessíveis, como DOCX ou PDF pesquisável.
- Evitar arquivos escaneados como imagem.
- Descrever imagens, gráficos, quadros e fluxos.
- Utilizar títulos e subtítulos organizados.
- Garantir contraste adequado em apresentações.
- Não usar apenas cores para transmitir informações.

- Permitir entrega de atividades em áudio, quando adequado.

Para cursistas com deficiência auditiva

- Disponibilizar legendas em aulas gravadas.
- Oferecer, quando possível, interpretação em Libras.
- Registrar por escrito orientações dadas oralmente.
- Evitar vídeos sem legenda.
- Organizar os turnos de fala nos encontros síncronos.
- Disponibilizar sínteses textuais das aulas.

Para cursistas com dificuldades de leitura e escrita

- Usar linguagem simples e objetiva.
- Dividir instruções em etapas.
- Disponibilizar exemplos e modelos de resposta.
- Permitir diferentes formatos de entrega.
- Indicar leituras obrigatórias e complementares.
- Oferecer glossário de termos importantes.
- Avaliar a compreensão e a aplicação prática dos conceitos, e não apenas a escrita formal.

Para cursistas autistas ou com necessidades sensoriais e comunicacionais

- Disponibilizar cronograma completo desde o início.
- Informar previamente os objetivos de cada encontro.
- Evitar mudanças repentinas sem aviso.
- Permitir participação por chat, fórum ou formulário.
- Não exigir câmera aberta.
- Prever pausas em encontros síncronos de 4 horas.
- Evitar excesso de estímulos visuais nos slides.

- Disponibilizar gravações para revisão posterior.
- Oferecer alternativas à apresentação oral, quando necessário.

Para o contexto das universidades públicas

- Utilizar plataformas institucionais acessíveis.
- Evitar dependência de softwares pagos.
- Disponibilizar arquivos leves, considerando limitações de internet.
- Registrar todas as orientações no ambiente virtual.
- Oferecer suporte técnico.
- Criar fórum permanente de dúvidas.
- Construir materiais reaproveitáveis pelas coordenações.
- Estimular cultura formativa não punitiva, voltada à melhoria das práticas institucionais.

15. Resultado esperado

Ao final do curso, espera-se que os participantes sejam capazes de compreender o acolhimento de estudantes autistas como responsabilidade ética, institucional e administrativa da universidade pública. Há expectativa, ainda, de que desenvolvam práticas mais acessíveis de comunicação, orientação e encaminhamento, reconheçam barreiras presentes no cotidiano das coordenações e elaborem propostas concretas para aprimorar o atendimento acadêmico-administrativo.

O curso deverá contribuir para que o acolhimento inclusivo deixe de depender apenas da sensibilidade individual dos servidores e passe a ser fortalecido como prática institucional, orientada por direitos, formação continuada, comunicação acessível, fluxos claros, articulação entre setores, enfrentamento do capacitismo e reconhecimento da diferença como direito